

GÊNEROS TEXTUAIS E LETRAMENTO

Eliane de Fátima Manenti Rangel*

Resumo: Discussões da área da educação têm apontado para a necessidade de voltar mais a atenção para as diferentes demandas presentes nos textos, quer seja impresso ou digital. Essas demandas sociais de leitura e escrita têm exigido dos sujeitos capacidades não só relacionadas à alfabetização, mas também capacidades relacionadas ao letramento cada vez mais aprofundadas. Neste artigo, tem-se por objetivo esclarecer o conceito de letramento em contraponto com o conceito de alfabetização. O letramento começou a ganhar força a partir da década de 90, com trabalhos de teóricas que têm contribuído para o esclarecimento do termo, a saber, Kleiman, Soares e Tfouni. Essas autoras procuram compreender tanto o impacto social da escrita quanto a inserção dos sujeitos no universo da palavra escrita, considerando seu processo de socialização. Outros teóricos e pesquisadores da área da Linguística aplicada também têm direcionado seus estudos com vistas ao processo de ensino-aprendizagem, por meio de gêneros textuais com a intenção de capacitar os sujeitos a ler, interpretar e produzir gêneros textuais que exijam diferentes letramentos. Para dar conta dessa demanda, será feita uma discussão bibliográfica com base nos principais autores que tratam das temáticas. Como resultado, pode-se afirmar que o letramento apresenta uma concepção mais ampla e mais complexa, pois engloba aspectos sócio-históricos.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Gêneros textuais.

Introdução

A introdução do termo letramento na área da educação brasileira tem gerado dúvidas entre os professores especialmente do Ensino Fundamental. Muitas dessas dúvidas se referem ao conceito e à proposta de letramento. Segundo Grando (2012, p.1), “alguns professores pensam que o letramento é um método didático que veio substituir a alfabetização, outros consideram que alfabetização e letramento são processos iguais, outros ainda possuem dúvidas sobre como promover uma proposta voltada para o letramento”.

Outra questão que também tem suscitado dúvidas diz respeito a um ensino mais eficaz com as diferentes linguagens(s), por meio dos gêneros textuais em função do conceito de

* Professora Mestre em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Professora do curso de Letras da URI - Câmpus Santiago. E-mail: eliane.rangel@urisantiago.br

letramento, o qual foi instituído como uma forma mais ampla e mais complexa de alfabetização, na década de 1990.

A partir do exposto acima, pretende-se, para um maior esclarecimento teórico, discutir: a) concepções de alfabetização e letramento, tendo este um conceito amplo e mais complexo do que alfabetização; b) gêneros textuais e sua função social, com intuito de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem focado efetivamente nas práticas de gêneros textuais. Para tanto, será feita uma breve discussão teórica sobre as temáticas.

2 Alfabetização e letramento

O objetivo desta seção é destacar concepções para alfabetização e letramento, bem como estabelecer a relação entre ambos, ressaltando a importância do entendimento por parte do educador, a fim de auxiliar e promover o desenvolvimento dos alunos em indivíduos não só alfabetizados, mas também letrados.

Há autores que consideram que letramento são as práticas de leitura e escrita. Segundo Kleiman (1995, p. 19), podemos definir “o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

Já em texto três anos mais tarde, a mesma autora afirma entender letramento de uma forma mais ampla, ou seja, “como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita” (KLEIMAN, 1998, p. 181). Nessa concepção, letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade.

O entendimento da diferença entre alfabetização e letramento, segundo Garcez, (2005), possibilita ao educador compreender a necessidade de desenvolver a capacidade comunicativa, bem como a capacidade argumentativa dos alunos para torná-los cidadãos competentes na sociedade em que estão inseridos.

Tfouni (1995, p. 20, *apud* COLELLO, 2006) menciona que a alfabetização “se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos”, enquanto que “o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos de uma sociedade”. Assim, Tfouni (1995, p. 9-10), reforça a diferença entre alfabetização e letramento insistindo no caráter individual daquela e social deste:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual. O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas.

O letramento começou a destacar-se na esfera educacional, a partir da década de 80, no momento em que a alfabetização foi entendida como um processo de aprendizagem linguística. Tanto para Soares, quanto para Kleiman e Tfouni, o núcleo do conceito de letramento são as práticas sociais de leitura e de escrita, para além da aquisição do sistema de escrita, ou seja, para além da alfabetização.

Contudo, existe o posicionamento de Ferreiro, que questiona o uso do termo letramento, uma vez que pressupõe que em alfabetização estaria compreendido o conceito de letramento ou o contrário: em letramento estaria compreendido o conceito de alfabetização.

Segundo Rojo (2009) a concepção de alfabetização muda com o passar do tempo, pois as definições refletem as mudanças sociais e essas mudanças têm exigido cada vez mais dos indivíduos. À medida que a sociedade vai se transformando e se tornando mais focada na escrita, evidencia-se um novo fenômeno em que não basta somente saber ler e escrever. Nas palavras de Soares (1998, *apud* ROJO, 2009, p. 45):

As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática de leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita.

A partir do exposto acima, percebe-se que o letramento propicia o entendimento do âmbito sócio-cultural do aprendizado da língua escrita, já que o aprendizado ocorre através da relação entre o sujeito e a cultura da sociedade em que está inserido (COLELLO, 2006). Assim, letramento compreende o processo de aprendizagem por meio da convivência com materiais escritos diversos, bem como de práticas de leitura e produção escrita.

Vale ressaltar também que o conceito de letramento não exclui o de alfabetização; pelo contrário, são processos que se complementam, uma vez que o ato de alfabetizar deve incluir vários letramentos na sua dinâmica. A alfabetização compreende o ato de desenvolver as habilidades para a leitura e para a escrita, ao passo que o letramento emprega tais habilidades para atingir diferentes objetivos na sociedade letrada (COLELLO, 2006). Nesse

sentido, o letramento possibilita ao indivíduo uma relação diferenciada com a sociedade, permitindo-lhe uma conexão mais profunda com seu próprio contexto sócio-cultural.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que o ambiente em que o indivíduo vive apresenta-se como um meio facilitador para o processo de letramento, uma vez que nesse ambiente são praticadas diferentes leituras, conversas sobre tais leituras, bem como práticas sociais diversas; enfim, é a partir dessa integração que é demonstrado um modelo cultural letrado. Nesse sentido, o letramento ocorre devido ao estímulo a essas práticas letradas, o que é de extrema relevância para o processo de aprendizagem dos eventos de letramento.

Rojo (2009, p. 54) destaca várias atividades como demonstração de eventos de letramento, desde os mais simples até os mais complexos, como, por exemplo, consultar catálogos telefônicos, verificar a data de vencimento dos produtos, anotar receitas, retirar dinheiro nos terminais, elaborar planilhas ou banco de dados no computador, fazer curso a distância, copiar músicas em CD ou arquivo eletrônico.

Conforme se pode observar os tipos de práticas letradas variam muito. Algumas pessoas, como donas de casas podem lidar muito bem com receitas; no entanto, podem não saber fazer download de música. Já, para outras, é mais fácil baixar música do que pôr em prática uma receita.

A partir do exposto acima, percebe-se que o termo letramento não pode ter uma definição simplista, trata-se, portanto, de um fenômeno bastante abrangente. Não há nível zero de letramento. Além disso, ele não é fixado pelo grau de alfabetização, já que uma pessoa analfabeta pode apresentar níveis significativos de letramento, enquanto outra pessoa alfabetizada pode ter dificuldades em exercer certas práticas ou evento de letramento.

Contudo, um indivíduo que é letrado apresenta maior facilidade de relacionar-se com o meio em que está inserido. Por isso, o letramento influencia a relação não só dos sujeitos com a sociedade, mas também a relação com outros sujeitos. A escola, por sua vez, seria apenas uma agência de letramento, dentre várias outras, e proporcionaria apenas alguns eventos de letramento, sendo que outros eventos são desenvolvidos em diferentes ambientes em que o sujeito vive.

O letramento, segundo Soares (2002, p 45), é o *estado* ou *condição* de indivíduos ou de grupos sociais letrados que exercem as práticas sociais de leitura e de escrita, participando de modo competente de eventos de letramento. Essa concepção acrescenta às anteriormente o pressuposto de que sujeitos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita, ou seja, têm as habilidades textuais e comunicativas necessárias para uma participação ativa e

competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os demais indivíduos e com o mundo que os cerca modos de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes propicia um diferenciado *estado* ou *condição* de inserção em uma sociedade letrada.

A atual conjuntura traz uma oportunidade para repensar o conceito de letramento e torná-lo mais amplo, uma vez que estamos experienciando, na sociedade, as modalidades de práticas sociais de leitura e de escrita, proporcionadas pelas TICs - tecnologias de informação e comunicação - o computador, a rede (a *web*), a *internet*, vivenciando o que se tem denominado letramento digital. Dessa forma, o contexto atual exige reflexão para pensar essas novas práticas de leitura e de escrita digitais que estão cada vez mais sendo utilizadas na sociedade contemporânea.

O professor, por sua vez, como mediador do processo ensino-aprendizagem e agente de letramento, deve estar em constante formação e atualização para identificar se as práticas de leitura e de escrita digitais conduzem os alunos a um estado ou condição de letramento digital, diferente daquele a que conduzem as práticas de leitura e de escrita da cultura do papel.

Neste artigo, não se pretende discutir seus efeitos dessas alterações; porém, cabe observar as principais diferenças entre as tecnologias tipográficas e as tecnologias digitais de leitura e escrita, para perceber as mudanças que estão ocorrendo e ainda virão a ocorrer, no que diz respeito ao fato de compreender melhor o conceito de letramento(s); pois, na atual conjuntura já se pensa o termo letramento como um conceito plural, isto é, letramentos.

Em vista disso e da importância de se desenvolver o letramento, os professores devem dar subsídios para que esse processo ocorra ao longo de toda a escolarização. E isso pode ocorrer com mais facilidade se for realizado por meio dos gêneros textuais originais que tramitam na sociedade letrada. Contudo, segundo Kleiman (2007, p. 3), parece haver uma dicotomia entre alfabetização e letramento, pois, enquanto professores alfabetizadores se preocupam com as melhores formas de tornar os seus alunos alfabetizados, os professores de língua materna se preocupam com as melhores formas de introduzirem os gêneros textuais, criando-se aí uma falsa dicotomia, pois o aluno do ensino fundamental, assim como o aluno de ensino médio está também, ao longo de seu processo de escolarização, em processo de letramento, isto é, estão todos os que utilizam a língua escrita em seu cotidiano (KLEIMAN, 2007, p. 3).

Somente a alfabetização ou escolarização não garante a formação de sujeitos letrados. Para que realmente ocorra o letramento, é necessário que os sujeitos tenham oportunidades de vivenciar situações que envolvam a leitura e a produção escrita e que possam se inserir, interagir e agir com competência comunicativa na sociedade letrada. Para que isso realmente aconteça, defende-se um trabalho escolar que aborde as práticas sociais de letramento com diferentes gêneros textuais.

3 Gêneros textuais, sua funcionalidade e letramento

O ser humano está sempre interagindo com outras pessoas tanto na vida cotidiana, social quanto profissional. Tal interação se faz de diferentes formas, seja por meio da conversa, e-mails, telefonemas, mensagens, artigos de opinião ou bate-papos via comunicação digital, dentre outras formas. Cada vez mais aumenta o número de pensadores que vem discutindo as características, alterações e implicações das interações comunicativas.

A cultura dessas formas de interação apresenta uma mudança no conceito de letramento, pois a cultura do texto eletrônico apresenta novas características, uma vez que não é estável, não é monumental e é pouco controlado. Segundo Soares, não é estável porque se pode interferir no texto, acrescentando e definindo seus próprios caminhos (links) de leitura; não é monumental porque, como consequência de sua não-estabilidade, o texto eletrônico é mutável; além disso, é pouco controlado porque é grande a liberdade de produção de textos na tela e é quase totalmente ausente o controle da qualidade do que é produzido e difundido (SOARES, 2002, p. 154).

Mesmo assim, pode-se afirmar que, ao iniciar uma interação comunicativa, o indivíduo a organiza de acordo com o ambiente em que está inserido, em consonância com suas intenções, levando também em conta a familiaridade ou formalidade com o interlocutor. Tudo isso influencia na escolha do gênero textual que será empregado e, como consequência, dependendo do gênero, recorre-se a características típicas de tal gênero. Essa escolha pode ser inconsciente, mas não é aleatória.

Desse modo, quando se produz um texto, ele deve estar coerente e coesivo para que se torne compreensível. Além disso, o texto deve apresentar características que o descrevem como um determinado gênero textual.

De acordo com o que foi exposto acima, o PCN de Língua Portuguesa (1998, p.21) mostra que:

todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura.

Para Marcuschi (2003), os gêneros textuais são historicamente determinados, porque surgem em determinada época, dependendo das necessidades que as pessoas têm de se comunicarem, uma vez que os gêneros são profundamente ligados à vida social e cultural de uma comunidade. A sociedade evoluiu e, junto com a evolução, surgiram as tecnologias de informação e comunicação. Como consequência, gêneros já existentes têm se transformado ou, ainda, novos gêneros têm surgido para suprir a necessidade da rápida comunicação exigida pela modernidade.

De acordo com Bakhtin (2003), os gêneros organizam a fala dos locutores. Em outras palavras, aprende-se a construir os discursos em forma de textos e esses em forma de gênero. Ao ouvir um determinado enunciado, já se pode deduzir o gênero que se está utilizando, bem como suas particularidades, e, provavelmente, pode-se deduzir o final, que é o princípio da conclusibilidade.

Viver em sociedade faz com que os indivíduos tomem certas atitudes ou sigam formas de comunicar-se dentro de certos padrões pré-estabelecidos. Segundo Meurer (2002, p.23) “... o princípio geral de diferentes crenças e esquemas de conhecimento conduzem a diferentes percepções do mundo e a ações sociais e discursos diferenciados”.

Ainda de acordo com Meurer (2002), o ser humano age de acordo com o que acredita ser correto (suas crenças) e em consonância com a visão de mundo que possui dentro de determinada classe social que está inserido. Isso gera certas ações e discursos que ele considera correto. Esse agir mostra que o indivíduo está se apropriando de diferentes gêneros e, dependendo da situação, pode adaptar o gênero ao seu discurso para se incluir numa ou noutra comunidade.

A partir do exposto acima sobre o domínio dos gêneros textuais, vale lembrar que o uso efetivo das práticas sociais com os mais variados gêneros levaria o indivíduo aos letramentos que muito se tem discutido, seja ele escrito ou digital. Contudo, sabe-se que, segundo Soares (2004) as práticas de letramento realizadas na escola diferem-se muito das práticas de letramento da vida real, isto é, a escola tentar recriar práticas de letramento; porém, essas não se aproximam das práticas sociais de letramento. Soares (2004, p. 106) afirma que:

[...] na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias da vida social ou profissional, respondem a necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação.

A partir disso, segundo Soares (2004, p. 100) pode-se pensar que existem duas modalidades: o letramento social, aquele que se refere às habilidades demandadas pelas práticas sociais e o letramento escolar, aquele que se refere às habilidades de leitura e de escrita desenvolvidas na e para a escola. Nesse sentido, como professores e formadores de professores, tem-se que refletir e repensar novas formas de realmente fazer com que a escola seja uma agência de letramento de forma mais efetiva. Pois, nem sempre a escola consegue desenvolver as habilidades demandadas pela sociedade, uma vez que as práticas de letramento escolarizadas, ou seja, aquelas que a escola põe em prática com seus alunos, não são idênticas às aquelas vivenciadas no ambiente social. Mesmo assim, a autora defende que o sujeito que vivencia práticas de letramento escolar, via de regra, acaba se habilitando à vivência de práticas sociais que exijam letramento(s) na sociedade em que estiver inserido.

Considerações finais

Acredita-se que a escola, agência de letramento por excelência de qualquer sociedade, é o espaço para experimentar formas de participação nas práticas sociais letradas e, desse modo assumir os letramentos (no plural) da vida social, em todos os ciclos da escolarização. Contudo, saber em que condições se produz um determinado gênero textual, como se estrutura ou quais são alguns de seus aspectos linguísticos e estilísticos, não implica, saber como escrever de forma eficaz e competente tal gênero. Isso, no entanto, não significa que devemos abandonar o conhecimento de uma teoria que é de grande poder explicativo (KLEIMAN, 2007, p 4).

O que se deve fazer é experimentar efetivamente a prática, isto é, a prática social deve viabilizar o ensino do gênero, pois é seu conhecimento o que permite participar nos eventos de diversas instituições e realizar as atividades próprias dessas instituições com legitimidade. Assim, o professor que adotar a prática social como princípio organizador do ensino terá a tarefa de determinar quais práticas são significativas e, conseqüentemente, o que é um texto significativo para a comunidade.

Embora a escola sempre organize suas atividades em torno de temas relevantes, é indispensável pensar nas atividades escolares como letramento(s). Em outras palavras, deve-se viabilizar planos de atividades visando aos diferentes letramentos do aluno. Assim, um projeto de letramento se constitui como um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cujo desenvolvimento envolve leitura prévia de textos que, de fato, circulam na sociedade e a consequente produção gêneros textuais que serão realmente lidos, em um trabalho coletivo de alunos, professor e comunidade (KLEIMAN, 2000, p. 238).

Dessa forma, seja qual for o tema e a finalidade do gênero textual, ele necessariamente deverá ser analisado e avaliado pelo professor, conforme o seu potencial para mobilizar conhecimentos, experiências, capacidades, estratégias, recursos e materiais de uso efetivo da língua que circula em diversas instituições cujas práticas letradas proporcionam os modelos de textos aos alunos.

Por fim, pode-se perceber que o conceito de letramento(s) é amplo, complexo e de difícil definição. Contudo, o propósito deste artigo não era ter a pretensão de fechar um conceito ou esgotar a temática, mas sim, de realizar uma síntese de aspectos teóricos mais importantes e levantar a diferença entre alfabetização e letramento(s). Além de ressaltar que o letramento pode ocorrer de forma mais efetiva se o trabalho escolar se desenvolver por meio dos diversos gêneros textuais.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Terceiro e quarto ciclos . Brasília: MEC, 1998.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita**. [2006]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>> Acesso em: 11 ago. 2009.

GARCEZ, Sabrina. Como ler e escrever antes da primeira série do Ensino Fundamental. **Revista do professor**. Porto Alegre, v.21, n.82, p. 5-7, abr./jun. 2005.

GRANDO, Katlen Böhm. **O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização**. <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

KLEIMAN, Angela. **Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna.** In: Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.

KLEIMAN, Angela. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna.** Revista Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, dez, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs). **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MEURER, José L. A dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In:- MEURER, José L., MOTTA-ROTH, D. **Gêneros textuais e práticas discursivas.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. p. 259-290.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.